



SOFRIMENTO PSÍQUICO INFANTIL NA CONTEMPORANEIDADE: INTERSECÇÕES ENTRE OS PRECEITOS DA SEMICULTURA E DA SOCIEDADE DE RISCO

*CHILD PSYCHIC SUFFERING IN THE CONTEMPORANEITY: INTERSECTIONS
BETWEEN THE PRECEPTS OF SEMICULTURE AND RISK SOCIETY*

*SUFRIMIENTO PSÍQUICO INFANTIL EN LA CONTEMPORANEIDAD:
INTERSECCIONES ENTRE LOS PRECEPTOS DE LA PSEUDOCULTURA Y DE LA
SOCIEDAD DE RIESGO*

Emanoela Thereza Marques de Mendonça Glatz
Doutoranda em Educação
Universidade Estadual de Maringá – UEM.
Maringá, Paraná – Brasil.
manuglatz@hotmail.com

Solange Franci Raimundo Yaegashi
Doutora em Educação
Universidade Estadual de Maringá – UEM.
Maringá, Paraná – Brasil.
solangefrey@gmail.com

Thiago Marques Leão
Doutor em Saúde Pública
Universidade de São Paulo – USP.
São Paulo, São Paulo – Brasil.
thmleao@usp.br

Resumo: O presente estudo buscou identificar as principais implicações que a semicultura e o processo de individualização efetivam no desencadeamento do sofrimento psíquico infantil, orientando-se a partir de uma pesquisa bibliográfica à luz dos fundamentos teóricos da Teoria Crítica da Sociedade e da Teoria da Sociedade de Risco, ao utilizar os pensamentos de Theodor W. Adorno e de Ulrich Beck como essência da discussão. A partir disso, identificou-se que a organização social, a semicultura e a individualização tencionam o desenvolvimento de impasses psicológicos em qualquer momento da vida, mas, principalmente na infância, por ser um período de construção identitária. A individualização dos riscos sociais se correlaciona ao processo de alienação – subsidiado pela semicultura –, que tenciona dissociar as contradições e os impasses subjetivos vivenciados pelo indivíduo de seu contexto e causas sócio-históricas. Aos sujeitos, impõe-se um imperativo constante de autoavaliação e responsabilização pessoal, reduzindo as possibilidades de ressignificação do sofrimento e de respostas coletivas.

Palavras-chave: individualização; semicultura; sofrimento psíquico infantil; teoria crítica da sociedade; teoria da sociedade de risco.

Abstract: The present study sought to identify the main implications that semi-culture and the individualization process have in triggering children's psychic suffering, guided by bibliographic research in light of the theoretical foundations of the Critical Theory of Society and the Theory of Risk Society, using the thoughts of Theodor W. Adorno and Ulrich Beck as the essence of the discussion. From this, it was identified that social organization, semi-culture, and individualization contribute to the development of psychological impasses at any time in life, but especially in childhood, as it is a period of identity construction. The individualization of social risks is correlated to the process of alienation – subsidized by semi-culture –, which intends to dissociate the contradictions and subjective impasses experienced by the individual from their context and socio-historical causes. Subjects are under a constant imperative of self-assessment and personal accountability, reducing the possibilities of re-signification of suffering and collective responses.

Keywords: individualization; child psychic suffering; critical theory of society; semiculture; theory of risk society.

Resumen: El presente estudio buscó identificar las principales implicaciones que la pseudocultura y el proceso de individualización efectúan en el desencadenamiento del sufrimiento psíquico infantil, orientándose a partir de una investigación bibliográfica a la luz de los fundamentos teóricos de la Teoría Crítica de la Sociedad y de la Teoría de la Sociedad de Riesgo, al utilizar los pensamientos de Theodor W. Adorno y de Ulrich Beck como esencia de discusión. A partir de eso, se identificó que la organización social, la pseudocultura y la individualización tensionan el desenvolvimiento de impases psicológicos en cualquier momento de la vida, pero, principalmente en la infancia, por ser un período de construcción de identidad. La individualización de los riesgos sociales se correlaciona al proceso de alienación – subsidiado por la pseudocultura –, que tensiona dissociar las contradicciones y los impases subjetivos vivenciados por el individuo de su contexto y causas socio-históricas. A los sujetos, se impone un imperativo constante de autoevaluación e responsabilización personal, reduciendo las posibilidades de resignificación del sufrimiento y de respuestas colectivas.

Palabras clave: individualización; pseudocultura; sufrimiento psíquico infantil; teoría crítica de la sociedad; teoría de la sociedad de riesgo.

Para citar - (ABNT NBR 6023:2018)

GLATZ, Emanoela Thereza Marques de Mendonça; YAEGASHI, Solange Franci Raimundo, LEÃO, Thiago Marques. Sofrimento psíquico infantil na contemporaneidade: intersecções entre os preceitos da semicultura e da sociedade de risco. *Eccos - Revista Científica*, São Paulo, n. 65, p. 1-20, e23302, abr./jun. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n65.23302>.

Provocações iniciais: a saúde mental em voga

A temática da saúde mental na sociedade contemporânea ainda é atravessada por questões austeras, obscuras e pouco se fala sobre ela no campo da educação. No ano de 2001, a Organização Mundial de Saúde (OMS) se dedicou ao aprimoramento de atividades e de amplas discussões sobre a temática da saúde mental, considerando-a um campo importante para o desenvolvimento de uma saúde pública isonômica, além de defini-la, sumariamente, como uma relação entre o indivíduo e seu processo subjetivo de bem-estar e de autorrealização intelectual e emocional (WHO, 2002).

Destarte, o campo da saúde mental se construiu sob o alicerce da psiquiatria tradicional e de uma sociedade intransigente e higienista, a qual, com o intuito de purificação social, ditou um padrão de normalidade e invalidou a existência do diferente. Assim, o termo saúde mental passou a ser reconhecido como sinônimo de loucura e delírio, carregando traços de crueldade e desumanidade, provenientes das ações de contenção manicomiais (BOARINI, 2007; JODELET, 2005).

Devido ao estigma do sofrimento psíquico, acabamos por naturalizar, banalizar e medicalizar a experiência de quem sofre (FERRAZZA; ROCHA, 2015), sem nos darmos conta de que muitos sintomas apenas exteriorizam a opressão e as desigualdades provenientes do meio social (DUNKER, 2015). O sofrimento, segundo Leão; Ianni e Goto (2019), também pode ser compreendido como a manifestação de uma metamorfose da estrutura social, ocasionada pela crise e pelo recuo das instituições que fundamentavam a sociedade industrial – e que exigem, atualmente, que os indivíduos sejam responsáveis por sua maneira de ser, estar e agir no mundo.

Ademais, ao dissertar sobre o sofrimento psíquico infantil, o assunto é ainda mais delicado. Foucault (2010) defende a ideia de que o território da infância forneceu subsídios essenciais para que a psiquiatria pudesse empoderar, generalizar seus saberes e, assim, agir contra os perigos dos comportamentos socialmente indesejados, de modo a consubstanciar práticas de normalização do corpo social (CHAVES; CALIMAN, 2017).

A saúde mental infantil deve ser considerada um fenômeno complexo, polissêmico e multidimensional, que engloba aspectos sociais, ambientais, comportamentais, emocionais, dentre outros (CID *et al.*, 2019; LEÃO, IANNI; GOTO, 2019), ao impactar diretamente no desenvolvimento psicossocial e cognitivo do sujeito. Cid *et al.* (2019) discorrem sobre os resultados de alguns estudos epidemiológicos, os quais indicam que cerca de 10 a 25% das crianças e jovens do mundo vivenciam a experiência do sofrimento psíquico, desenvolvendo,

ainda, uma maior probabilidade de apresentar dificuldades no contexto escolar, familiar, social e em seu desenvolvimento cognitivo e afetivo. Ademais, sinalizam que há uma tendência à continuidade desse sofrimento na vida adulta, constatando-se que uma grande parte dos indivíduos com diagnósticos psiquiátricos nessa etapa da vida apresenta sinais e sintomas precoces desde a infância.

Para Cid e Matsukura (2014, p. 07), a criança que manifesta

[...] dificuldade relacionada à saúde mental tende a permanecer com essa dificuldade no decorrer de seu processo de desenvolvimento, o que implica em prejuízos para o desempenho de atividades e habilidades relativas às fases posteriores do ciclo de vida, e aumenta as chances de se tornar uma criança ou adolescente com dificuldades escolares, relacionais ou até mesmo de desenvolver transtornos mentais mais graves na fase adulta.

Ao ter em vista que o sofrimento psíquico na infância expõe uma relação estrita com o meio social e familiar no qual a criança está inserida, torna-se imprescindível proferir questionamentos sobre os modos de organização da sociedade contemporânea individualizada e da economia neoliberal, bem como as suas eventuais implicações em psicopatologias infantis. Nessa perspectiva, Adorno (1996) evidencia que a sociedade industrial capitalista se estrutura sob a tensão de uma pseudocultura, que aliena os sujeitos, com o intuito de torná-los bem ajustados à norma social estabelecida. A essa normalização do corpo social, associam-se, também, os riscos e as ameaças à saúde em que o tardio processo de modernização tem infligido aos indivíduos. Mesmo quando esses riscos vêm à tona na forma de “efeitos colaterais latentes”, são tratados como fenômenos isolados e pontuais, de maneira a distanciá-los das estruturas e dinâmicas sistêmicas que os produzem, preservando-as e ignorando suas contradições (BECK, 2011).

Segundo Leão (2018), vivemos, atualmente, em uma sociedade fundamentada sob a égide do processo de modernização reflexiva (novo processo de radicalização da primeira Modernidade, um processo de *modernização da Modernidade Industrial*), caracterizada pelo recuo das instituições típicas da Modernidade, que não mais dão conta dos riscos e ameaças, contemporaneamente depositados sobre os ombros dos indivíduos. Soma-se ao ideal moderno de controle e previsibilidade dos riscos, por um lado, a necessidade material de lidar com as ameaças que escapam às instituições e, por outro, a percepção ideológica de que crises sistêmicas podem e, de fato, devem ser resolvidas na esfera individual. Isso mascara as contradições sistêmicas e a natureza coletiva dos riscos socialmente produzidos (BECK, 2011; LEÃO, 2018), que têm estimulado continuamente a centralidade axiológica do desempenho individual, além do consequente cansaço excessivo e da estafa crônica (HAN, 2017).

Diante desses pressupostos, o presente estudo objetiva identificar as principais implicações da semicultura¹ e da sociedade de risco na experiência de sofrimento psíquico infantil. A pesquisa se justifica, ainda, pela urgente necessidade de se reconhecer a pseudocultura e o contexto da sociedade de risco como importantes elementos para se compreender a segregação, a individualização e a alienação, aspectos que contribuem, de maneira assertiva, para a experiência subjetiva e para o entendimento social do sofrimento psíquico infantil. No tocante à problemática que se pretende investigar com esta pesquisa, levanta-se a seguinte questão: de que maneira a semicultura e a sociedade de risco estão ligadas, de modo a subsidiar e fomentar o fenômeno do sofrimento psíquico na infância?

Para tanto, com o propósito de buscar respostas a esse questionamento e contribuir para a sistematização de novos estudos que associem os pressupostos da Teoria da Semicultura – proposta por Adorno – e da Teoria da Sociedade de Risco – elucidada por Beck – ao sofrimento psíquico infantil na contemporaneidade, realizou-se um estudo de caráter bibliográfico, por meio do uso de livros e de artigos acadêmicos para estruturar o *corpus* de análise desta pesquisa.

O sofrimento psíquico como fenômeno socialmente construído

Desde o período moderno-industrial ao início da contemporaneidade², a leitura sobre o sofrimento psíquico se manteve em um movimento pendular entre entendimentos estritamente biomédicos e sociopolíticos do fenômeno (BEZERRA JR., 2007). Com o advento de novas tecnologias farmacêuticas e diagnósticas, a partir da segunda metade do século passado, a perspectiva biomédica se tornou hegemônica e foi integrada ao imaginário social, consolidando uma etiologia neuronal que explicaria o sofrimento como resultado da falta ou excesso de determinado neurotransmissor ou substância química, de uma disfunção ou desordem localizada no cérebro.

Esse reducionismo biomédico se efetiva às custas do apagamento da dimensão social, individual e biográfica dos sujeitos em sofrimento, reduzidos a diagnósticos e suas histórias, ao CID³ e ao DSM⁴. Nesse sentido, as contradições sistêmicas são encobertas, e a experiência do sofrimento é dissociada da existência singular dos sujeitos em seu contexto social. O sofrimento psíquico é um fenômeno complexo, que não pode ser compreendido sem considerar seu contexto histórico e suas determinantes sociais. Conforme postula Adorno (2015, p. 43), as

¹ Em alemão: *Halbbildung* – Associação de duas palavras: *Hal* (que significa metade) e *bildung* (com o significado de formação ou cultura).

² Por contemporaneidade, referimo-nos a um contexto sócio-histórico específico, também denominado por outros autores como pós-modernidade, modernidade tardia, sociedade industrial tardia etc., que se configura como um período de profundas mudanças no mundo moderno (IANNI, 2011).

³ A sigla CID remete à Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial da Saúde (OMS).

⁴ A sigla DSM remete ao *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, da Associação Psiquiátrica norte-americana.

dinâmicas psíquicas e sociais estão em constante processo dialógico de determinação e significação, uma “ação recíproca entre fatores sociais e psicológicos”.

Por exemplo, para pensar a atual situação de saúde mental, no Brasil e no mundo, é incontornável que se considere a conjuntura pandêmica e seus desdobramentos econômicos, políticos e sociais. Da mesma forma, análises acerca do sofrimento psíquico ligado ao ambiente laboral e à Educação Superior devem, necessariamente, levar em consideração as transformações no mundo do trabalho, as exigências de produtividade acadêmica hodiernas, as novas tecnologias, as condições de acesso à educação e ao mercado de trabalho, dentre outros aspectos que extrapolam as leituras estritamente individuais e biomédicas.

Em síntese, as experiências de sofrimento são produzidas, interpretadas e vivenciadas socialmente. No contexto de constantes e rápidas transformações dos últimos anos, isso se torna ainda mais evidente. Esses momentos de grandes transformações sociais são, historicamente, acompanhados por sentimentos generalizados de mal-estar ou sofrimento. Na virada do século XX, Simmel (2004 [1903]) discutiu os impactos psicológicos do processo de urbanização e o impacto subjetivo das novas exigências da divisão social do trabalho, bem como da convivência em grandes aglomerados urbanos. Estudos da década de 1920 e 1930 relatam manifestações emergentes de sentimentos de ansiedade e inadequação, certamente, ligados à depressão econômica, mas também à perda de referências de condução da vida: à época, “parecia haver uma confusão quanto aos papéis que [os indivíduos] supostamente deveriam assumir [...] em meio ao caos de padrões que se mostravam conflitantes no tocante às exigências culturais” (SALECL, 2005, p. 13).

Nos últimos 50 anos, esses sentimentos de ansiedade, de desamparo e de desencontro entre o indivíduo e a sociedade não apenas se intensificaram, como também se generalizaram nas mais diversas experiências de vida em sociedade. Essa *subjetivação* da experiência acompanha as mudanças estruturais profundas na sociedade ocidental moderna, cuja novidade “[...] está tanto em sua extraordinária rapidez quanto em sua universalidade” (HOBBSAWM, 1995, p. 283) e expressa o impacto dessas transformações sobre o indivíduo. É nesse sentido o alerta de Adorno (2015, p. 48) de que uma crítica à sociedade atual “[...] não pode se furtar ao fato de que ela é experienciável em choques, em golpes repentinos e abruptos, condicionados precisamente pela alienação do indivíduo em relação à sociedade”.

Os momentos de transição cultural e transformações sociais podem abalar radicalmente os quadros socio simbólicos de referência individual e das coletividades, levando a sentimentos de desamparo e inadequação, ansiedade e entristecimento profundos, bem como à perda de

perspectivas. As transformações materiais das condições objetivas de vida são, assim, acompanhadas por transformações subjetivas.

No contexto específico do Brasil, com a recessão mundial, instaurada no Pós-Primeira Guerra (1918), a burguesia brasileira viu na crise entre os países imperialistas a oportunidade de ascensão do país, com a consolidação de uma nação forte e desenvolvida. Assim, com o progresso do capitalismo, os trabalhadores, antes concentrados no campo, deslocaram-se para as zonas urbanas, ingressando nas fábricas com o intuito de obter condições mínimas de sobrevivência. Ao passo que os centros urbanos viraram grandes conglomerados de trabalhadores, subsistindo em condições precárias e insalubres, as epidemias, as doenças e a pobreza começaram a preocupar a sociedade, que apontou para a urgente necessidade de combater as enfermidades antes que uma endemia fosse instaurada (WANDERBROOCK JUNIOR, 2011).

Nas palavras do autor, nessa luta,

[...] o exército estava condenado à esterilidade e à impotência. No lugar das armas de fogo surgiram armas ideológicas, que alguns setores da sociedade empunhavam com disciplina militar. Os novos 'oficiais' não saíram da Academia Militar, eles foram educados nas faculdades de medicina. As reivindicações não previram eleições diretas, nem melhores salários, muito menos mudanças governamentais. O inimigo foi outro: a doença. O movimento teve outro nome: higiene mental (WANDERBROOCK JUNIOR, 2011, p. 51).

Com a constituição de grandes aglomerados urbanos, as questões de saúde mental, que antes eram tratadas no âmbito da família e da comunidade nas pequenas cidades, passam a ser uma questão política importante relacionada não apenas a questões sanitárias, mas à moralidade e segurança pública, disciplina da força de trabalho urbano e higiene social. Com respaldo científico, a psiquiatria se apresentou como o agente fundamental de controle da loucura (manifestação extrema do sofrimento psíquico), e o manicômio o destino por excelência dos socialmente “indesejados”, “desajustados” e/ou “perigosos”.

Fundada em 1923, a Liga Brasileira de Higiene Mental elaborou programas de ações inspiradas na “prevenção eugênica”. Na visão dos higienistas, o país necessitava de uma “organização sanitária” para progredir não somente erradicando as epidemias, mas buscando, outrossim, uma mente sadia (WANDERBROOCK JUNIOR, 2011). A prevenção eugênica conferiu legitimidade científica ao racismo estrutural e às políticas racistas do Estado brasileiro, que defendia à época “[...] reverter o ‘atraso’ civilizacional do país e, assim, a eugenia representaria um projeto de aperfeiçoamento da nacionalidade e reposicionaria o Brasil no cenário internacional” (FORMIGA; MELO; PAULA, 2019, p. 76).

Agora com verniz científico e com maior legitimidade institucional, intensifica-se, na sociedade brasileira, o processo sistemático de repressão e aprisionamento dos que fugiam às normas socialmente estabelecidas: pessoas em sofrimento psíquico, pessoas com deficiência, mulheres que se negavam à submissão do autoritarismo patriarcal, militantes políticos, homossexuais, negros, pobres e alcoolistas foram institucionalizados em hospitais psiquiátricos, com o intuito de livrar a sociedade “pura” da escória, colocando-os em um lugar afastado, isolado, e longe dos olhares dos cidadãos de “bem” (CUNHA, 1988; ARBEX, 2013).

Nesse contexto, a psiquiatria assume lugar central e ganha poder econômico e político (GARCIA, 2012). Esse quadro alcança seu ápice durante a ditadura civil-militar, entre 1964 e 1985, com a “mercantilização da loucura”, financiada pelo Estado por meio de repasses do antigo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). De acordo com Yasui (2008, p. 163), ao analisarmos o número de leitos privados disponibilizados em hospitais psiquiátricos, observa-se uma ascensão exponencial que avança de “[...] 3.034 em 1941, para 78.273 em 1978, um crescimento de quase vinte vezes em menos de 40 anos, enquanto o número de leitos oficiais permanece quase inalterado no mesmo período, ou seja 21.079 em 1941 e 22.603 em 1978”.

O avanço do mercado manicomial no Brasil obedeceu a uma lógica neoliberal de privatização, com financiamento público de leitos privados, e a um projeto político-sanitário de exclusão da diferença e do socialmente indesejado. Como demonstra Goto (2018), não é mera coincidência que a experimentação e a implementação de políticas neoliberais na América Latina fossem acompanhadas do crescimento exponencial de internações em manicômios, sob regimes autoritários, e da perda de direitos políticos e civis. A exclusão manicomial dos “indesejados” no Brasil foi construída sob o tripé política-economia-ciência com: (1) a negação de direitos civis e políticos; (2) a defesa de interesses econômicos particulares e privatização das funções estatais; e (3) com um discurso médico-científico que legitimava essas práticas.

Ainda, segundo Horkheimer e Adorno (1985a, p. 33), as agências de produção em massa e a cultura por elas institucionalizada insuflam no indivíduo a lógica da normalização e dos comportamentos naturais, decentes, racionais e socialmente aceitos, que “[...] sob a luz do conhecimento isento de preconceitos, remete de volta à dominação [...]”. Aqui, cabe mencionar que o custo dessa dominação alienou os homens não somente nas relações com o objeto dominado, mas, principalmente, nas relações consigo mesmo. O sujeito se reduz àquilo que se espera dele: a sua funcionalidade e serventia ao sistema de produção e industrialização social que, além de alienar, suprimiu, conformou e coisificou as almas (HORKHEIMER; ADORNO, 1985a).

Destarte, o indivíduo “coisificado”, desviante da regra social de normalidade imposta, “[...] e que não combina, por nenhuma de suas aspirações, com a sociedade em que vive, é um homem para quem o respeito às convenções não existe, é um homem fora da regra, que anda entre seus semelhantes como quem anda entre fantasmas” (SOARES, 2018, p. 7). A ele, compete apenas o julgamento e a reclusão, com o intuito de se livrar do diferente.

Han (2017, p. 47) ressalta que o estatuto da sociedade contemporânea elege o desempenho como máxima norteadora de ações que buscam subverter os indivíduos ao torná-los, concomitantemente, “prisioneiros e vigias”, “vítimas e agressores”, que buscam, por meio da autoexploração, da autogestão e da autorrealização, uma aceitação social e um convívio harmonioso e “normal” entre pares.

Beck (2011, p. 198) ressalta que os sistemas de instituições tutelares, políticas e administrativas se incumbem, cada vez mais, do ofício de regular, disciplinar e normatizar a vida “desviante” dos padrões de normalidade impostos administrativamente. Elas são resquícius da modernidade industrial que permanecem na contemporaneidade como “[...] conspiradoras e paladinas na defesa das garantias do passado, que continuam a valer para uma parcela decrescente da população”. Em um jogo de deliberações que ditam os modos de agir socialmente, a transgressão se converte em anormalidade, e a loucura se torna o postulado que caracteriza a resistência.

Duas realidades se contrapõem, segundo Beck (2011): a “normalidade” imposta administrativamente e a realidade material socialmente vivida. A *normalidade administrativa* impõe aos sujeitos sociais a necessidade de uma qualificação crescente (graduação, mestrado, doutorado etc.) para o ingresso no mercado de trabalho; a realidade social, por seu turno, apresenta-nos a *uberização*. A *normalidade administrativa* quer, portanto, impor produtividade, prazos, positividade e resiliência, enquanto os indivíduos são diagnosticados com ansiedade, depressão e *burnout*. Ela difunde a ideologia do indivíduo autossuficiente, mas a realidade vivida nos confronta com crises econômicas globais e desemprego sistêmico, retorno do Brasil ao mapa da fome, pandemias e um aumento de 43% de mortes/ano por suicídio, no Brasil, entre os anos de 2010 e 2019 (BRASIL, 2021).

De acordo com Boarini e Quijo (2007, p. 377), é “[...] tempo de entender que a loucura é própria da condição humana, o que significa que todo ser humano está sujeito a ela”. Assim, falar sobre saúde mental e sofrimento psíquico é falar sobre a humanidade, aquilo que é inerente ao homem, compreendendo que todo o sofrimento materializado e as respostas que surgem dele se pautam na produção e reprodução social de sua existência (NISIIDE, 2020). O sofrimento psíquico é um fenômeno social, uma experiência individual coletivamente compartilhada,

historicamente marcada pela conjuntura política e pelas transformações estruturais da sociedade.

A semicultura, a sociedade de risco e o sofrimento psíquico infantil: uma tessitura possível

O conceito de reprodução da vida sob a égide da cultura de massas ou indústria cultural é denominado por Adorno (1996) como semicultura. No entanto, para fins de entendimento, é preciso, primeiramente, caracterizar sociedade e cultura, segundo o pensamento adorniano. A sociedade, para ele, pode ser compreendida como um fenômeno mutável que se apresenta em constante transformação, sendo constituída pelas relações que os homens estabelecem entre si para produzir sua própria existência. Já a cultura, nada mais é, do que a forma como interpretamos essas relações, ao possibilitar uma análise e reflexão da sociedade em seu movimento histórico, pautando-se no que ela foi, no que ela é e no seu vir a ser.

Destarte, Horkheimer e Adorno (1985b) revelam que a cultura perdeu seu caráter transformador e emancipador, no momento em que a indústria cultural a transformou em mera mercadoria. Ao buscar compactuar diretamente com a organização social capitalista, tangenciou-se uma formação universal, a qual busca alienar, conformar e restringir o pensamento, instrumentalizando a razão; assim, o fenômeno cultural é transformado em um mero processo industrial mercadológico que, ao alimentar e nutrir os instrumentos sociais de dominação, acaba por perder a sua essência emancipadora, tornando-se uma semicultura, uma cultura falsa cuja racionalidade é irracional (HORKHEIMER; ADORNO, 1985b).

Beck (2011), por sua vez, também compreende a cultura como uma das molas propulsoras da sociedade de risco que, no transcurso da modernização reflexiva, aprofunda o processo sócio-histórico de individualização. Em linhas gerais, a individualização em Beck (2011) descreve o recuo das instituições típicas da modernidade, sendo os indivíduos desonerados de vínculos sociais tradicionais, da sociedade de classes e da família nuclear. Por outro lado, eles são pressionados pelas demandas e regulações do mercado de trabalho, bem como pelas necessidades de consumo e subsistência, a se responsabilizar, individualmente, pelos riscos socialmente produzidos. Este é o quadro contraditório da individualização: os sujeitos se desoneram de vínculos sociais tradicionais da sociedade industrial, enquanto são pressionados pelas demandas e regulações do mercado de trabalho, assim como por imposições de consumo e subsistência. O indivíduo contemporâneo *se pensa livre*, em um primeiro momento, no entanto, permanece transversalmente dependente das regulações do mercado de

massa atomizado, que dita opiniões, hábitos, costumes e padroniza o modo de ser e agir em sociedade.

À vista disso, Marcuse (2001) aponta para o surgimento de uma racionalidade tecnológica, em que o sujeito “livre” se converteu em objeto manipulável de coordenação em larga escala; logo, aquilo que deveria ser considerado avanço individual se consubstanciou em “eficiência estandardizada”, já que o desempenho pessoal é motivado, conduzido e avaliado por padrões exteriores ao indivíduo que refletem funções predeterminadas. A liberdade se encontra confinada nos meios e fins do processo de produção e reprodução da sociedade de massas.

Adorno (1996) revela que o grande infortúnio da semicultura está na constante de que há uma compreensão mediana dos fenômenos e da vida social como um todo, isto é, aquilo que é semientendido, semiexperimentado, ousa-se dizer, semiexperenciado, não se constitui base de uma formação; ao contrário: eleva-se como seu principal inimigo.

Nessa lógica, observa-se que o processo formativo do sujeito também é considerado falso, tendo em vista que o fenômeno educativo compactua com a pseudocultura, que legitima um processo social meramente adaptativo e que percebe os indivíduos como triviais clientes, empregados, hoje, colaboradores. A pseudoformação, ao invés de fortalecer os indivíduos, vai apenas deformando-os e conformando-os com a realidade imposta, produzindo, assim, sujeitos bem ajustados, aceitos e partícipes ativos de uma vida social completamente errônea e ilusória.

Dessa forma, apreende-se que a “[...] semiformação é o espírito conquistado pelo caráter de fetiche da mercadoria. [...] os respeitáveis motivos de lucro da formação encobriram, como um mofo, o conjunto da cultura” (ADORNO, 1996, p. 399). Nesse âmbito, pontua-se que o conhecimento e a ciência deixam de ser fontes de emancipação, a fim de pactuar com os interesses do capital, tornando-se, então, uma propriedade privada.

Os laços e a vida social também se tornam uma propriedade privada, posto que as crises sistêmicas são entendidas como crises individuais, restringindo as percepções e a temporalidade da vida, ao apresentar essas crises de forma *a-histórica* e descoladas de seu contexto mais amplo. Concomitantemente, o processo privativo impõe ao sujeito a integral responsabilidade pela condução de sua vida, mesmo que a irracionalidade e a falta de alternativas sejam a máxima norteadora desse processo. Em suma, há uma “pseudoliberalidade” – ou o que Beck (2011) denomina “liberdade precária” –, que consiste em uma falsa percepção de culpa individual, quando o sujeito se sente – e é visto por outros – como o responsável único por suas ações e que não prosperaria por falta de esforço ou merecimentos próprios.

Em que medida, diante de tudo o que fora abordado até aqui, é possível associar os impactos da semicultura e da sociedade de risco com o sofrimento psíquico infantil? A explicação é simples, mas requer uma diferenciação entre dois aspectos basilares desse fenômeno, que estão intrinsecamente ligados à semicultura, à semiformação e ao processo de individualização. O primeiro aspecto se revela pela falta de uma formação que viabilize ao homem um conhecimento mais amplo sobre si mesmo e suas próprias emoções e sentimentos, ponderando-se que, para além de ser um processo desigual, o sistema educativo objetiva “formar” sujeitos atuantes no mercado de trabalho, e não indivíduos que reflitam, criticamente, sobre sua existência e as possíveis formas de pertencimento social. Beck (2011, p. 197) expõe que a “[...] chave da garantia de subsistência reside no mercado de trabalho. A aptidão para o mercado de trabalho exige formação. Quem quer que não a receba estará socialmente à beira do abismo material”.

Já o segundo aspecto diz respeito a uma desestruturação familiar ocasionada pelo modo de vida capitalista, e nutrido pela pseudocultura, que objetifica o ser humano, tornando-o uma mera “máquina de trabalhar”, juntamente ao processo de individualização, o qual reforça a responsabilidade individual por todos os aspectos da vida em sociedade: o sujeito abandonado à própria liberdade, sobrecarregado pelo imperativo de avaliar, reagir e se responsabilizar pelos riscos socialmente produzidos, cada vez mais percebidos como fracasso pessoal e *descolados* de seu contexto institucional mais amplo, a fim de se transformarem em “novas formas de risco pessoal [...], novas formas de ‘atribuição de culpa’” (BECK, 2011, p. 200). Isso leva a um indivíduo sempre cansado, de modo a viver diariamente em estado de exaustão crônica, que acaba, muitas vezes, afastando-se de seu núcleo familiar, o que torna a convivência entre pares cada vez mais mecanizada e artificializada.

A priori, é importante salientar que os fatores mais determinantes para a saúde mental infantil e, conseqüentemente, para o sofrimento psíquico, estão presentes no ambiente em que a criança vive e em seus contextos de vida (CID *et al.*, 2019; GLATZ; YAEGASHI; SAITO, 2022). Há, também, estudos que indicam que a convivência de crianças em idade escolar, com pais e/ou responsáveis que sofrem psicologicamente, tem potencial de impactar negativamente a saúde mental das crianças, o que indica que a condição psicológica do cuidador influencia, por vezes e decisivamente, no desenvolvimento emocional na infância (CID; MATSUKURA, 2014; GLATZ; YAEGASHI; SAITO, 2022).

No que tange à clientela infantil presente em clínicas-escolas de psicologia, que visam a ofertar atendimento psicológico à comunidade, estudos indicam que há predomínio do atendimento de crianças em idade escolar (6 a 10 anos) que apresentam queixas referentes a

problemas de aprendizagem, a distúrbios de comportamento, à depressão e a transtornos de ansiedade (RAMIRES *et al.*, 2009).

É preciso levar em consideração que a infância é um período conturbado, em que a criança não sabe muito bem lidar com seus medos, suas angústias e frustrações, por isso necessita das mediações do mundo adulto para construir sua própria identidade e se reconhecer como sujeito histórico (GLATZ; YAEGASHI; SAITO, 2022). A escola, como instituição de promoção da vida coletiva e com grande influência no desenvolvimento do pensamento, deveria oportunizar aos indivíduos a formação do raciocínio crítico sobre si e o outro, ao escutar as crianças como sujeitos repletos de anseios e de dúvidas, ensinando-lhes a conhecer mais sobre sua própria interioridade e desejos. Mais que isso: é imprescindível que o processo educativo dê voz às crianças, possibilitando-as expressar seus pensamentos e opiniões, de modo a se tornarem peças-chave na construção de suas próprias subjetividades e emancipações.

Ao papel formativo da escola e dos docentes que ali atuam, deveria ser atribuída a construção de uma educação afetiva e que cumprisse com os valores humanos de solidariedade e de humanização dos indivíduos; todavia, trabalha-se de maneira antagônica, firmando suas ações em normativas escolares que apenas se relacionam com as autoridades governamentais e que potencializam a pseudoformação, além do seu importante papel de mantenedor das normas e da ordem social (OLIVEIRA; CASTAÑEDA; YAEGASHI, 2021).

Como já visto em outro momento, a pseudoformação é inimiga cruel da formação. Sabe-se que o conhecimento nos dá a condição de decidirmos e de pensarmos sobre o próprio conhecimento e nossa posição como sujeitos históricos e sociais, mas essa não é, nem de longe, a intenção da sociedade capitalista, que precisa consubstanciar suas práticas na docilização, na domesticação e na instrumentalização do pensamento e dos corpos. Os sujeitos não podem conhecer a si mesmos, ao passo que esse conhecimento de si subsidiaria a edificação de indivíduos perspicazes, autossuficientes e esclarecidos, que se negariam à submissão do capitalismo e às suas formas de opressão e de repressão (LIRA; YAEGASHI; DOMINICO, 2019).

Assim, de uma maneira “sutil” e cheia de “boas intenções”, os indivíduos se formam – ou melhor, deformam-se – nas escolas em busca de habilidades e competências essenciais para uma ascensão ao mercado de trabalho. Eles idealizam ser empreendedores de si mesmos, mas, no fundo, não sabem nem mesmo reconhecer suas próprias aflições e a lidar com o mal-estar.

As crianças, diante disso, são coibidas de se expressarem e precisam administrar sozinhas os seus próprios sentimentos; são deixadas à margem de uma sociedade que teme o

incompreendido e que medicaliza qualquer sintoma ou comportamento desviante da norma de “bem-estar”, tão necessária para manter a engrenagem do sistema de capital funcionando perfeitamente. Qualquer dificuldade é vista como uma patologia que precisa ser tratada, medicalizada, a fim de que deixe de ser desviante. Justifica-se, dessa forma, a medicalização dos comportamentos que não condizem com o esperado pela sociedade. Corpos que não são controlados e focados para a execução das atividades necessárias não são normais; logo, precisam ser medicalizados (CORDEIRO *et al.*, 2020).

À visto disso, Chaves e Caliman (2017, p. 140) revelam que

[...] as classificações e a proliferação de diagnósticos, sobretudo psiquiátricos, advindos desse processo de medicalização, voltam-se prioritariamente aos comportamentos indesejados, desviantes, tidos como anormais. Sentimentos de tristeza, tensões e conflitos do viver, além das experiências escolares destoantes ou a infância problemática constituem o plano em que hoje se situam, por exemplo, o TDAH e o Transtorno Desafiador Opositivo (TOD).

A medicalização na infância tem se tornado uma constante na contemporaneidade e só confirma o quanto a nossa sociedade caminha para a barbárie, pois, por intermédio de uma cultura falida, os indivíduos continuam experimentando fracassos; são reprimidos e experienciam um sentimento de culpa que acaba, inevitavelmente, sendo traduzido em agressões, comportamentos explosivos e sofrimento psíquico (ADORNO, 1995; HAN, 2017).

Por outro prisma, pode-se afirmar que a pseudocultura e o processo de individualização contribuem para o sofrimento psíquico infantil, quando materializam a efetivação do trabalho e da produção mercadológica como a única possibilidade de ascendência e acesso aos bens de consumo mais desejados. Em detrimento disso, açoitam-se as relações interpessoais e familiares; o tempo de lazer é minimizado, pregando-se que é preciso trabalhar e produzir incansável – e excessivamente – para se ter “sucesso na vida”. A *individualização da família* e a *despadronização* do trabalho assalariado (BECK, 2011), a perda de redes sociais de apoio, os excessos, as cobranças produtivas e as exigências do sistema educacional associadas à falta de perspectivas futuras de trabalho são fenômenos típicos da sociedade individualizada que atingem as crianças e seu entorno familiar imediato, com impactos subjetivos profundos. Afinal, família e trabalho são coordenadas sociossimbólicas fundamentais de formação da subjetividade (LEÃO, 2018). Desde muito pequenas, algumas crianças convivem com uma estrutura familiar disruptiva, em que os seus cuidadores, sejam eles pais, mães, tios, irmãos e/ou avós, encontram-se imersos nessa lógica produtivista, a qual encurta o tempo das experiências e as tornam rasas e insignificantes – um tempo, denominado por Benjamin (2009), como tempo vazio.

Sem tempo, não há oportunidade para trocas de experiências; não há escuta do outro; não há qualidade de relações interpessoais; não há ressignificações para o sofrimento e para as angústias. Muitas crianças adoecem, pois, no ambiente em que vivem, não são escutadas, respeitadas e aceitas como sujeitos que precisam do outro para administrar seus temores e decepções, necessitando de um tempo e espaço familiar que lhes forneçam experiências basilares para a construção de suas subjetividades.

Longe de culpabilizar as famílias que buscam, no trabalho, a sua fonte integral de sobrevivência, o que se propõe a pensar é na implicação que a sociedade de capital tem acerca da saúde mental das crianças, já que se organiza sob a posse e a subserviência cega, além da semiformação e da individualização que a solidificam.

Diante desse quadro, uma questão se torna inquietante: quais ações podem repercutir em impactos positivos na saúde mental infantil, mesmo diante do contexto da semiformação e do processo de individualização, como máximas organizadoras da sociedade de capital?

Indubitavelmente, é possível afirmar que o tempo aligeirado e abreviado – que não nos permite a reflexão e que se traduz em lucros – reduziu nossas experiências pessoais e nos transformou em sujeitos de desempenho, vivendo em uma “sociedade do cansaço”, em que a autoexploração se transformou na virtude da autorrealização, e a busca excessiva pela elevação do desempenho resulta em “[...] um infarto da alma” (HAN, 2017, p. 71).

Reconhecermos essa premissa é o primeiro passo para produzirmos mudanças significativas no nosso modo de vida e no modo como sustentamos as relações com nossos filhos(as) ou com as crianças que estão sob nossa tutela e cuidado. Ademais, é preciso realizar um movimento de escuta constante, mas, antes disso, é necessário darmos voz a essas crianças. Questioná-las sobre seus sentimentos, desejos e a maneira como se sentem e reagem às diversas situações vivenciadas no seu dia a dia; ações dessa égide mostram que a melhor maneira de resolver as suas problemáticas é pelo diálogo e pela honestidade.

Se a falsa formação não propicia que o indivíduo seja conhecedor íntimo de si mesmo e de suas idiossincrasias, compete recorrer à franqueza das palavras e à prudência da escuta para transfigurar os quadros de sofrimento infantil. É essencial, também, uma autorreflexão crítica sobre a semiformação e o meio como eu, sujeito social, comporto-me perante a essa realidade. É preciso não se conformar com o que está posto e adotar uma postura transgressora, no sentido de romper com a tessitura de uma sociedade que aliena e aprisiona o sujeito nesse tempo vazio, pois, segundo Adorno (1996, p. 164), “[...] a passividade inofensiva constitui ela própria, [...] uma forma de barbárie, na medida em que está pronta para contemplar o horror e se omitir no momento decisivo”.

Desse modo, a educação deve ter um caráter antifascista e prezar pela construção de uma sociedade autônoma, emancipada, e pelo direito à voz ativa dos sujeitos, uma vez que, quanto mais lúcido for o singular, mais lúcido será o todo, o social. A escola carece de auxiliar no processo de formação e acesso ao conhecimento, permitindo o diálogo, a exposição de ideias e a ressignificação constante dos anseios e ideais das crianças. É substancial negar, de uma vez por todas, o pensamento afirmativo que erradica o pensar para questionar, que nega hipóteses e que açoita o esclarecimento e a liberdade individual.

Considerações finais

O presente estudo, conforme idealizado, buscou identificar as principais implicações que a semicultura e a sociedade de risco efetivam no desencadeamento do sofrimento psíquico infantil. Ao retomar o objetivo principal, elevam-se novos desafios e questões acerca do modo de organização social e da semiformação como agentes basilares para a promoção do sofrimento psíquico, seja ele em crianças, jovens e/ou adultos.

Constatou-se, diante dos referenciais teóricos utilizados, que a pseudocultura tem um caráter destoante de uma formação que busca humanizar, emancipar e dialogar com os sujeitos sociais. Ao contrário, a falsa cultura e a falsa formação buscam alienar, conformar e ajustar os indivíduos para viverem sob uma lógica produtiva e ideológica, a qual mantém o capitalismo em ascendência, de forma a eliminar qualquer atividade de pensamento e de reflexão.

Já o processo de individualização, reforçado pela ideologia neoliberal, transformou as condições materiais e, portanto, também a subjetividade contemporânea, colocando o indivíduo como centro de sua própria constituição pessoal, ao findar uma “subjetividade em risco” (LEÃO, 2018) sobrecarregada, em que há uma sensação de liberdade; no entanto, não há controle mínimo das influências atuantes que agem sob ela. Nessa conjectura, a responsabilização individual impõe uma gestão absoluta da própria vida, uma autogestão biográfica que angaria, cada vez mais, a transformação e a realização pessoal, a autoexploração tida como sinônimo de autorrealização.

As crianças, como sujeitos que constroem suas identidades, ao passo que experienciam o mundo ao seu redor, estão cada vez mais experienciando o sofrimento, por culpa de uma cultura falsa que não dá voz aos indivíduos, que não os ensina a pensar, a refletir e a conhecer a si mesmos e as suas inseguranças, medos e anseios.

A sociedade do lucro, que visa ao trabalho e à obediência cega, instrumentalizou a razão, aligeirou o tempo e o tornou vazio. Vazio de experiência, de sentido, de importância, ao

modificar as relações e os espaços de convivência familiar e entre pares, deixando-os rasos e incongruentes. Assim, nesse meio social caótico – que desqualifica o pensamento, a fala e subjuga os atores sociais a meros reprodutores oprimidos pelo sistema de monopólio e responsáveis únicos em gerir sua própria existência –, as crianças perdem o direito de se expressarem, distanciando-se, então, da tão necessária experiência de autoconhecimento, para, com isso, buscar resignificar as suas próprias inquietações.

É preciso compreender que o mal-estar faz parte da vida, assim como as frustrações, os medos e as incertezas; por isso, a fala, o autoconhecimento e a autorreflexão crítica têm papéis decisivos na elaboração de um pensamento que distancie o sujeito das patologias psíquicas e o aproxime de si mesmo, além de suas próprias singularidades.

Ressalta-se que, apesar das limitações deste estudo – como ter se restringido à associação de apenas dois elementos cotidianos (a formação precária e o distanciamento do lugar de fala em seu convívio pessoal) e o impacto destes no sofrimento psíquico infantil –, ele fornece subsídios essenciais para uma compreensão mais ampla sobre o papel e o impacto da semicultura e da individualização subjetiva.

Outrossim, almeja-se que esta pesquisa possa fornecer subsídios, os quais favoreçam novos estudos que objetivem associar os saberes e fundamentos da Teoria Crítica da Sociedade e da Teoria da Sociedade de Risco ao fenômeno do sofrimento psíquico na pós-modernidade; também, que caminhem, sempre, em busca da desbarbarização e da emancipação dos sujeitos sociais.

Referências

- ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund. *Educação e Emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund. (1996). Teoria da semicultura. In: *Educação e Sociedade*, v. 56, n. 17, p. 388-411, 1996.
- ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. São Paulo: Unesp, 2015.
- ARBEX, Daniela. *Holocausto Brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- BECK, Ulrich. (2011). *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editoria UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.
- BEZERRA JR, Benilton. (2007). Da contracultura à sociedade neuroquímica: psiquiatria e sociedade na virada do século. In: ALMEIDA; Maria Isabel Mendes de; NAVES, Santuza Cambraia (Orgs.). *“Por que não?”: Rupturas e continuidades da contracultura*. Rio de Janeiro: 7letras, 2007.
- BOARINI, Maria Lucia.; QUIJO, Izildinha. A reforma psiquiátrica e as andorinhas. *Revista do Departamento de Psicologia*, v. 19, n. 2, p. 369-379, dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-80232007000200008>. Acesso em: 25 dezembro 2021.
- BOARINI, Maria Lucia. A higiene mental e o saber instituído. *Mnemosine*, v. 3, n. 1, p. 3-17, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41302/28570>. Acesso em: 19 janeiro 2022.
- BRASIL. *Mortalidade por suicídios e notificações de lesões autoprovocadas no Brasil*. Boletim epidemiológico, v. 52, n. 33, 2021. Brasília: Secretaria de Vigilância Sanitária. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletins-epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_33_final.pdf. Acesso em: 14 janeiro 2022.
- CHAVES, Felipe Alan Mendes; CALIMAN, Luciana Vieira. Entre saúde mental e a escola: a gestão autônoma da medicação. *Revista Polis e Psique*, v. 7, n. 3, p. 136-160, set./dez. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2017000300009&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 02 fevereiro 2022.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo – Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CID, Maria Fernanda Barboza; MATSUKURA, Thelma Simões. Problemas de saúde mental em escolares e seus responsáveis: um estudo de prevalência. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, v. 25, n. 1, p. 1-10, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v25i1p1-10>. Acesso em: 15 janeiro 2022.

CID, Maria Fernanda Barboza; SQUASSONI, Carolina Elisabeth, GASPARINI, Danieli Amanda; FERNANDES, Luiza Helena de Oliveira. Saúde mental infantil e contexto escolar: as percepções dos educadores. *Pro-Posições*, v. 30, p. 1-24, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2017-0093>. Acesso em: 15 janeiro 2022.

CORDEIRO, Suzi Maria Nunes, YAEGASHI, Solange Franci Raimundo, GROSSI-MILANI, Rute; MACUCH, Regiane da Silva. O biopoder e a domesticação dos corpos: as representações sociais de psicólogos acerca do suposto TDAH e da medicalização. *Educação, Sociedade & Culturas*, v. 57, p. 85-104, 2020. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/6%206%20Suzi%20Cordeiro%2C%20Solange%20Yaegashi%2C%20Regiane%20Macuch%20%26%20Rute%20Milani.pdf>. Acesso em: 22 fevereiro 2022.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo, 2015.

FERRAZZA, Daniele Andrade; ROCHA, Luiz Carlos da. Sobre a reforma psiquiátrica brasileira: história e âmbitos atuais de luta. *Barbarói*, v. 45, p. 274-292, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i0.5690.274-292>. Acesso em: 10 fevereiro 2022.

FORMIGA, Dayana de Olivera; MELO, Charles Aparecido Silva; PAULA, Ana Beatriz Rodrigues de. O pensamento eugênico e a imigração no Brasil (1929-1930). *Intelligere*, v. 22, n. 7, p. 75-86, jul. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2447-9020.intelligere.2019.142881>. Acesso em: 20 fevereiro 2022.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GARCIA, Marcos. A mortalidade nos manicômios da região de Sorocaba e a possibilidade da investigação de violações de direitos humanos no campo da saúde mental por meio do acesso aos bancos de dados públicos. *Psicologia Política*, v. 12, n. 23, p. 105-120, jan./abr. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2012000100008&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 03 fevereiro 2022.

GLATZ, Emanoela Thereza Marques de Mendonça; YAEGASHI, Solange Franci Raimundo; SAITO, Heloisa Toshie Irei. O reflexo do meio social no desenvolvimento do estresse infantil: Um estudo à luz da Teoria Histórico-Cultural. *Temas em Educ. e Saúde*, Araraquara, v. 18, n. 00, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.26673/tes.v18i00.16640>. Acesso em: 30 jun. 2022.

GOTO, Carine Sayuri. *A reforma psiquiátrica no Brasil contemporâneo: ensaios da psicanálise lacanianiana e da crítica da economia política*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2018, 199 p. Disponível em:

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/153085/goto_cs_me_assis.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 10 março 2022.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do Cansaço*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund. *O conceito de esclarecimento*. In: *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985a.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund *A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas*. In: *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985b.

IANNI, Aurea Maria Zöllner. Questões contemporâneas sobre natureza e cultura: notas sobre a saúde coletiva e a sociologia no Brasil. *Saúde e Sociedade*, v. 20, n. 1, p. 32-40, mar. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902011000100005>. Acesso em: 05 fevereiro 2022.

JODELET, Denise. *Loucuras e Representações Sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

LIRA, Aliandra Cristina Mesomo; YAEGASHI, Solange Franci Raimundo; DOMINICO, Eliane. Disfarça-me que te devoro: youtubers mirins, consumo e semiformação da criança. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 14, n. 4, p. 1960-1976, dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riaee.v14iesp.4.12921>. Acesso em: 12 fevereiro 2022.

NISIIDE, Ana Carolina Becker. *Reclames ao judiciário: o caso da saúde mental*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Maringá, 2020, 247 p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1yhKNv1o-u7oHOrtxRSrOJQaEEWvuNUZF/view>. Acesso em: 20 dezembro 2021.

LEÃO, Thiago Marques; IANNI, Aurea Maria Zöllner; GOTO, Carine Sayuri. Sofrimento psíquico e a universidade em tempos de crise estrutural. *Revista em pauta*, v. 17, n. 44, p. 50-64, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/45212/30943>. Acesso em: 10 fevereiro 2022.

LEÃO, Thiago Marques. *Loucura, psiquiatria e sociedade: o campo da saúde mental coletiva e o processo de individualização no Brasil*. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018, 365 p. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-23042018-141123/publico/ThiagoMarquesLeao_REVISADA.pdf. Acesso em: 25 fevereiro 2022.

MARCUSE, Herbert. *Guerra, Tecnologia y Fascismo – textos inéditos*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2001.

OLIVEIRA, Marta Regina Furlan de; CASTAÑEDA, Carlos Fernando Lozano; YAEGASHI, Solange Franci Raimundo. Mal-estar docente e a (im)possibilidade da autorreflexão: uma problemática nos tempos de pandemia. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 8, n. 41, p. 389-401, 2021. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/4773#:~:text=O%20de%20safio%20est%C3%A1%20na%20a%C3%A7%C3%A3o,do%20bem%20Destar%20de%20todos>. Acesso em: 12 janeiro 2022.

WHO - World Health Organization. *Relatório mundial da saúde – Saúde mental: nova concepção, nova esperança*. Lisboa, 2002. Disponível em:

https://www.who.int/whr/2001/en/whr01_djmessage_po.pdf. Acesso em: 12 janeiro 2022.

RAMIRES, Vera Regina Röhnelt; PASSARINI, Daniele Simone; FLORES, Gustavo Gazzana; SANTOS, Larissa Goulart dos. Fatores de risco e problemas de saúde mental de crianças. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 61, n. 2, p. 1-14, 2009. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672009000200012&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 22 dezembro 2021.

SALECL, Renata. *Sobre a ansiedade*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2005.

SIMMEL, Georg. As metrópoles e a vida mental. In: SIMMEL, Georg. *Fidelidade e Gratidão e Outros Textos* (p. 75-94). Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2004.

SOARES, Cláudio. Lima Barreto: o psicólogo amargo das ruas cariocas. In: BARRETO, Lima. *Lima Barreto: obra reunida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

WANDERBROOCK JUNIOR, Durval. Soldados de todo o país: higienizai-vos! A Liga Brasileira de Higiene Mental e as Forças Armadas (1914-1945). In: BOARINI, Maria Lucia. *Raça, higiene social e nação forte*. Maringá: EDUEM, 2011.

YASUI, Silvio. O estranho vizinho – reflexões sobre cidadania e loucura. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 7, n. 1, p. 152-168, 2008. Disponível em:

<https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/979/904>. Acesso em: 24 fevereiro 2022.